

CENÁRIO ACADÊMICO DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR

Diully Suellen Pinheiro Ferreira ¹

Livia Sousa da Silva ²

RESUMO: Esse estudo justifica-se pela importância de conhecermos o avanço de estudos, pesquisas e iniciativas que se dedicam a proposições de prevenção e intervenção a violência escolar. Dessa forma que, buscou-se como objetivo principal investigar proposições de prevenção e ou intervenção à violência escolar em trabalhos disponíveis na plataforma *Google* acadêmico no interstício de 2015 a 2019. A partir de uma pesquisa de natureza Bibliográfica, do tipo Estado do Conhecimento cujo corpus constituiu-se de vinte e cinco (25) achados. O tratamento analítico deu-se a partir do inventário desses estudos e com base na análise temática conforme propõe Braun e Clarke (2006). Assim, a partir dos resultados, foram encontrados quatro principais temas referentes às proposições de estudos sobre a prevenção e a intervenção à violência escolar: diálogo para formação moral e ética dos alunos, formação na família, papel da escola e papel do estado. Observou-se que, as principais incursões no sentido de prevenir e ou minimizar situações violentas na escola, observadas nos textos analisados, denotam uma centralidade de ações em relação aos estudantes, submetidos, sobretudo, às práticas de disciplinamento, e que perpassam as diferentes instituições pelas quais esses sujeitos estão submetidos: a família, a escola e a sociedade.

Palavras-chave: Violência na Escola. Desafios da Educação. Informação e Educação.

ACADEMIC SCENARIO OF MEASURES TO PREVENT AND INTERVENE IN SCHOOL VIOLENCE

ABSTRACT: This study is justified by the importance of knowing the progress of studies, researches and initiatives that are dedicated to proposals for preventing and intervening in school violence. Thus, the main objective of this essay was to identify proposals for the prevention and/or intervention of school violence in works available

¹ Diully Suellen Pinheiro Ferreira. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: diully.pinheiro@gmail.com

² Livia Sousa da Silva. Doutora em Ciências Sociais pela UFPA. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: liviasilva@ufpa.br

on the academic Google platform in the period between 2015 and 2019. From bibliographical research, from State of Knowledge type whose corpus consisted of twenty-five findings (25). The analytical treatment was based on the inventory of these studies and based on thematic analysis as proposed by Braun and Clarke (2006). The analytical treatment was based on thematic analysis, as proposed by Braun and Clarke (2006). Thus, based on the results, four main themes related to the proposals of studies on the prevention and intervention of school violence were found: Dialogue for the moral and ethical formation of students, Formation in the family, Role of the School and Role of the State. It was observed that the main incursions in the sense of preventing and/or minimizing violent situations at school, observed in the analyzed texts, denote a centrality of actions in relation to students, who are, above all, submitted to disciplinary practices, and that permeate the different institutions by which these subjects are submitted: the family, the school and society.

Keywords: Violence at School. Educational Challenges. Information and Education.

ENCUESTA BIBLIOGRÁFICA DE MEDIDAS PARA PREVENIR E INTERVENIR EN LA VIOLENCIA ESCOLAR EN EL PERIODO 2015-2019

RESUMEN: Este estudio se justifica por la importancia de conocer el avance de estudios, investigaciones e iniciativas que se dedican a propuestas para prevenir e intervenir en la violencia escolar. Así, el objetivo principal de este ensayo fue identificar propuestas para la prevención y / o intervención de la violencia escolar en trabajos disponibles en la plataforma académica Google en el período comprendido entre 2015 y 2019. A partir de una investigación bibliográfica, del tipo Estado del conocimiento cuyo corpus constaba de veinticinco hallazgos (25). El tratamiento analítico se basó en el inventario de estos estudios y se basó en el análisis temático propuesto por Braun y Clarke (2006) El tratamiento analítico se basó en el análisis temático propuesto por Braun y Clarke (2006). Así, a partir de los resultados, se encontraron cuatro temas principales relacionados con las propuestas de estudios sobre la prevención e intervención de la violencia escolar: Diálogo para la formación moral y ética de los estudiantes, Formación en la familia, Papel de la escuela y Rol del Estado. Se observó que las principales incursiones en el sentido de prevenir y / o minimizar situaciones violentas en la escuela, observadas en los textos analizados, denotan una centralidad de acciones en relación con los estudiantes, quienes están, sobre todo, sometidos a prácticas disciplinarias, y que impregnan las diferentes instituciones por las que se someten estas materias: la familia, la escuela y la sociedad.

Palabras clave: Violencia en la escuela. Desafíos educativos. Información y educación

Introdução

As manifestações de violência escolar têm justificado estudos acadêmicos no Brasil e no mundo, pois tornou-se objeto de preocupação social tanto em virtude das consequências que acarreta, as quais afetam significativamente o cotidiano da escola na sociedade contemporânea (ARRÚA *et al.*, 2019) quanto pela publicidade extensiva na mídia a partir da década de 1980 (CHARLOT, 2002; LAURENS, 2006).

Em virtude disso, a escola deixa de ser um ambiente agradável, acolhedor e seguro e se torna um ambiente que engloba diversos episódios violentos que tornam o espaço escolar mais hostil. “Dessa maneira, no jogo de mútuas influências com o lado de fora, a escola tem deixado de ser uma instituição tão somente invadida pelo problema da violência para transformar-se numa máquina de sua reprodução” (VASCONCELOS, 2017, p. 1).

Iniciativas anteriores que se traduzem por contribuições a uma contextualização do campo de produção sobre violência escolar podem ser caracterizadas basicamente por três principais trabalhos encontrados, que são os artigos de Sposito (2001), Silva (2011) e Silva e Assis (2018a).

Sposito (2001, p. 88) acredita ter realizado “[...] um primeiro balanço das pesquisas sobre as relações entre violência e escola no Brasil”, a partir de dados das décadas de 1980-1990. Tal autora aponta que até a década de 1980, o que se entendia por violência escolar era tão somente a ação de externos contra as escolas, o que levou à implementação de intervenções policiais como solução ao problema (SPOSITO, 2001). Ainda segundo Sposito (2001), os estudos da década de 1980 trazem novidades. Primeiro, a visibilidade dada às violências endógenas, ou seja, aquelas relacionadas às práticas autoritárias advindas do clima da escola e as de natureza física no âmbito interpessoal, assim como a indicação para a superação da ideia de controle como intervenção, porque descobriu-se que a despeito de todo controle que possa ser exercido, a violência se interpõe.

Na década de 1990, inaugura-se o interesse de organizações não-governamentais sobre o tema da violência. No Brasil, a principal entidade a mover-se sobre esses estudos foi a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), voltada não para a compreensão da relação entre violência e escola e sim para relação violência e juventude. O que provoca um aumento de trabalhos na área, e com objetivos voltados para as relações entre a violência e os bairros periféricos, o narcotráfico, a escola *versus* o crime organizado, a relação entre

violência social e escolar, e de maneira geral, voltados para a escola pública (SPOSITO, 2001).

O estado do conhecimento, realizado por Silva (2011), a seu turno, buscava encontrar trabalhos sobre a midiática da violência escolar entre 1997 a 2011. Levantamento que logrou cento e trinta achados (Teses, dissertações, produção de grupos de pesquisa etc.)³. Dentre esses, apenas 19% representavam estudos sobre intervenção e prevenção à violência na escola.

Silva e Assis (2018a), por sua vez, apresentam uma iniciativa de síntese de trabalhos específicos acerca da prevenção à violência escolar, nas bases *Eric* (base de dados norte-americana dedicada a pesquisas em educação), *SciELO*, *Web of Science*, *Sociological Abstract*, *PubMed* e no portal *BVS*. Levantamento pelo qual encontrou trinta e três (33) trabalhos. Cerca de 15,1% em relação a um montante de novecentos e noventa e quatro (994) achados sobre violência escolar.

O trabalho de Silva e Assis (2018a) reúne estudos norte-americanos, da América Latina, estudos europeus, asiáticos e australiano. Uma das discussões realizadas por Silva e Assis (2018a, p. 6), ao analisarem suas fontes, é a de que “[...] ações do poder público, implementadas com o intuito de prevenir e enfrentar a violência escolar, são recentes e oscilam entre medidas de caráter educativo e da área de segurança”. Outro dado relevante apontado pelos autores diz da exclusividade de estudos sobre o cenário da escola pública.

Assim, este ensaio vem ao encontro e dialoga com esses trabalhos anteriores, ao propor um estado do conhecimento acerca das intervenções dadas ao problema da violência nas escolas em um interstício mais atual (2015-2019), dando-lhes continuidade, a serviço do compromisso acadêmico-social que tanto visa o avanço dos limites científicos sobre o tema da violência, sua prevenção e possíveis soluções quanto busca subsidiar profissionais da Educação e a sociedade de modo geral, acerca das possibilidades de intervenção e prevenção à episódios violentos no seio escolar. O que justifica a relevância deste estudo.

Não obstante, faz-se necessário focar em medidas interventivas já realizadas no âmbito escolar acerca da violência que cada vez mais se faz presente nesse ambiente. Esse estudo também tem o importante dever de somar às discussões para e com a sociedade sobre proposições preventivas e interventivas, tendo em vista que essa é uma realidade que acomete muitas instituições em nosso Estado (SOUZA; SILVA, 2016),

³ Pesquisa no âmbito nacional de Brasil.

com consequências danosas para a integridade de alunos, professores o que inviabiliza o processo de ensino-aprendizagem (ARRÚA *et al.*, 2019) e compromete o papel social da escola, qual seja, a formação dos sujeitos, como compreende Mol e Pardini (2017), o que mais uma vez revela a relevância de levarmos em consideração este estudo.

Ao refletir sobre a dinâmica desses processos, considera-se pertinente uma ação investigativa acerca do conhecimento científico sobre experiências e proposições de intervenção à violência escolar, no intuito de subsidiar um compêndio de experiências exitosas, possíveis e exequíveis que venham a colaborar com a realidade das escolas. Um esforço precípua de investigação sobre quais conhecimentos científicos têm se constituído em torno de iniciativas de prevenção e/ou intervenção à violência escolar, que possam vir a subsidiar uma ação fundamentada e contribuir para com as escolas no enfrentamento ao problema da violência, cujos objetivos são: de maneira geral, a) investigar proposições de prevenção e ou intervenção à violência escolar em trabalhos disponíveis na plataforma *Google* acadêmico no interstício de 2015 a 2019; e de forma específica, b) levantar estudos que abordam ações e projetos detidos da intervenção e ou enfrentamento à violência escolar e c) Analisar e categorizar as principais iniciativas e ou propostas para lidar com a violência no âmbito escolar.

Metodologia

Desenvolver uma pesquisa do tipo Estado do Conhecimento sobre um tema exige um esforço de mapeamento, organização e categorização analítica. Para tanto, buscou-se os aportes metodológicos da Análise Temática, o que facilitou tanto o manuseio das fontes bibliográficas levantadas, quanto a percepção de padrões de sentido a partir do agrupamento por códigos conforme proposto pelo modelo analítico, o que proporcionou sobrelevar os temas *a posteriori* discutidos.

Tipo e natureza da pesquisa

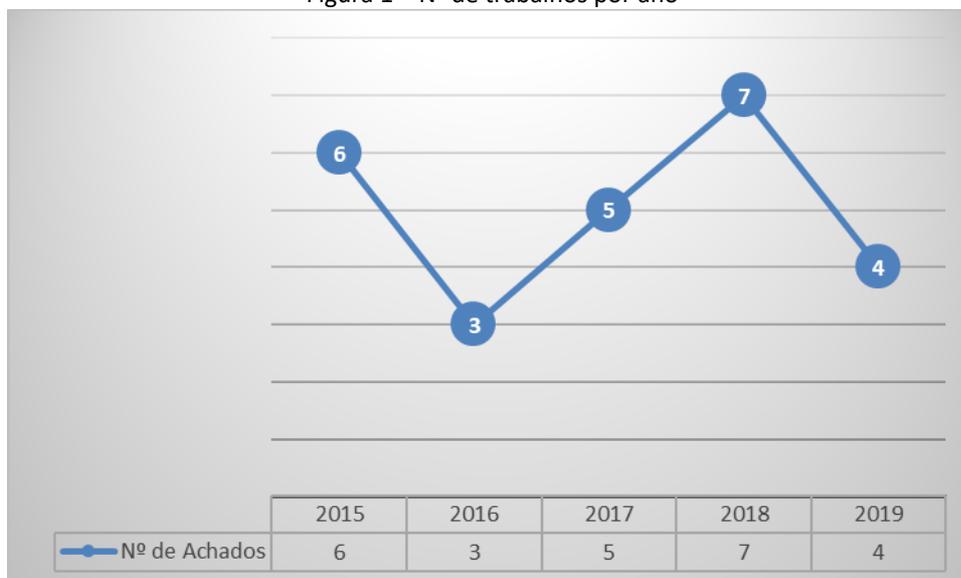
Este estudo configura-se enquanto uma pesquisa de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, na modalidade Estado do Conhecimento que, para Romanowski e Ens (2006, p. 38), constitui-se em um “[...] mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes”. Uma iniciativa em pesquisa que, para além de listar produções

sobre um mesmo tema, conforma um esforço analítico que possa contribuir com a compreensão dos caminhos epistemológicos, das abordagens, dos resultados já alcançados e ainda perceber a relação entre trabalhos aparentemente descontínuos ou contraditórios, mas que traduzem uma coerência no âmbito dos estudos sobre violência escolar.

Corpus da pesquisa

O *corpus* foi constituído por textos publicados entre 2015 e 2019⁴, nas bases de dados *Google Acadêmico*. Cujo levantamento implementou-se a partir dos seguintes descritores: violência escolar e propostas de solução, intervenção, prevenção, redução e/ou enfrentamento. Tomou-se como base a leitura integral das obras. Ao todo, foram encontrados vinte e cinco (25), nesse período estipulado, de estudos recentes na área, como pode-se observar na Figura 1.

Figura 1 – N° de trabalhos por ano



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

Dentre tais achados, seis (6) são do ano de 2015, três (3) em 2016, cinco (5) no ano de 2017, sete (7) encontrados no ano de 2018, e quatro (4) referentes à produção encontrada no ano de 2019. É visto um sensível crescente de interesse e produção

⁴ Interstício temporal que se justifica pela fundamentação de início do projeto de Pesquisa da qual esse texto faz parte.

nesse campo da violência escolar, com uma média de 5 trabalhos por ano. Desses, dois (2) são Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), e vinte e três (23) são artigos, ou seja, advém de estudos provenientes de pesquisas mais robustas.

Análise Temática e seus pressupostos de desenvolvimento

Braun e Clarke (2006, p. 77-81) propõem um modelo analítico, pautado na Análise Temática caracterizado enquanto “[...] um método analítico qualitativo [...] flexível para análise de dados qualitativos [...]. que busca [...] identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados.”, uma proposta de análise a partir de seis passos básicos:

- a) familiaridade com os dados, que diz respeito a “[...] leitura e releitura dos dados, apontamento de ideias iniciais” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 90);
- b) processo de codificação, que se relaciona à organização dos dados em grupos significativos;
- c) tematização, pela qual agrupam-se os códigos encontrados em temas potenciais, ao agrupar os dados relevantes para cada tema possível;
- d) construção de um mapa temático, essa fase envolve a revisão dos temas potenciais, a respeito da coerência entre os códigos agrupados enquanto um tema, e dos temas entre si e sua relação com o todo; e organizando esses temas e seus respectivos códigos em organogramas;
- e) definir e nomear temas, consiste na definição e refinamento dos temas eleitos, e o estabelecimento do mapa temático final, ao que Braun e Clarke (2006, p. 96, grifos das autoras) consideram como a identificação da “[...] ‘essência’ do assunto de cada tema (bem como os temas globais), e determinar que aspecto dos dados cada tema captura”; e por fim,
- f) relato da análise temática, que se relaciona com a tarefa da escrita da análise empreendida e seus resultados, pela qual deve-se tanto fornecer dados identificáveis com o problema inicial, quanto organizar a apresentação desses dados em uma narrativa argumentativa, coerente e coesa, que dê conta de sustentar o estudo em seu mérito e validade.

Tendo esses processos como referência, caminhou-se para o exame das produções científicas e a sistematização dos dados por similitude de códigos, pelos

quais viu-se emergir temas significativos acerca das propostas de intervenção à violência escolar.

Após a leitura e familiarização com os dados da pesquisa, foi possível observar, que algumas palavras foram mais expressivas e apresentaram-se de maneira significativa nos textos. Dessa forma, foram encontrados alguns códigos iniciais na abordagem dos dados. A partir desses códigos mais relevantes foi feito o agrupamento por padrões de sentidos compostos em temas potenciais. Reuniu-se todos os dados relevantes para cada tema potencial no que se refere a mais uma das fases propostas por Braun e Clarke (2006), e com base nos temas construiu-se o mapa temático da análise (Figura 2).

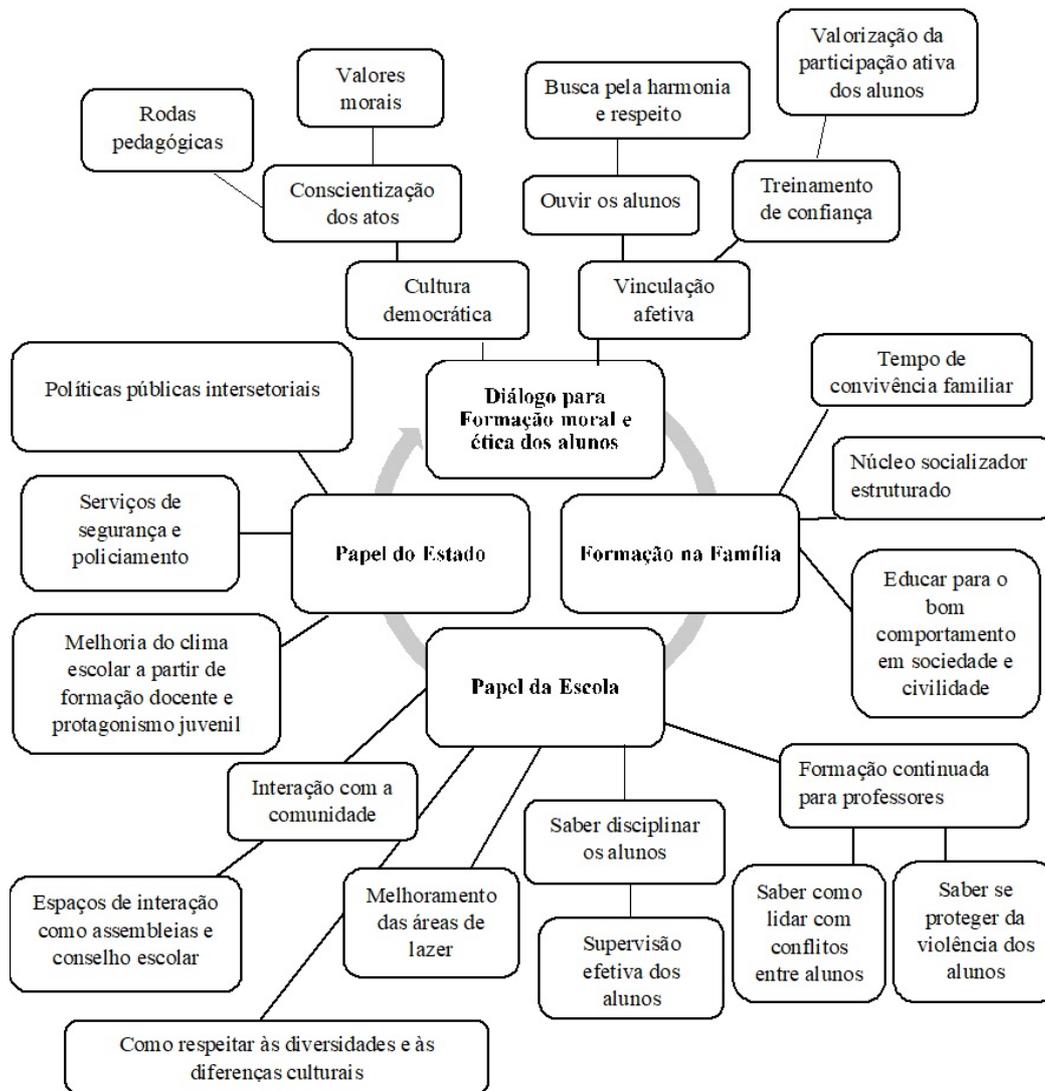
Como é possível observar na Figura 2 – que representa a etapa de construção e visualização do esquema de tematização, produzido a partir dos achados bibliográficos em análise, foram encontrados quatro temas principais que abrangem um grupo de códigos que lhes dão substância e coerência.

O primeiro Tema refere-se ao diálogo para formação moral e ética dos alunos, cujos códigos respectivos são: 1. vinculação afetiva que está relacionado a ouvir os alunos, a buscar pela harmonia e respeito, treinamento de confiança e valorização da participação ativa dos(as) alunos(as) e 2. cultura democrática que, segundo o corpus analisado, implica na conscientização dos atos praticados, ensino de valores morais e rodas pedagógicas.

O segundo Tema é referente à formação na família. Três códigos significativos o subsidiam, quais sejam: 1. tempo de convivência familiar, 2. Família como núcleo socializador e estruturante do indivíduo e conseqüentemente da sociedade, e 3. Responsável por educar para o bom comportamento em sociedade e civilidade.

O terceiro Tema relaciona-se ao Papel da Escola, constituído a partir de quatro códigos principais e correlatos, que são: 1. formação continuada para professores, uma formação para que professores aprendam a se proteger da violência dos alunos e saber como lidar com conflitos entre alunos, bem como, 2. saber disciplinas os alunos que consiste na supervisão efetiva dos alunos. Já o código 3. interação com a comunidade refere-se a oportunizar espaços de interação como assembleias e conselho escolar; e por fim, há ainda 4. melhoramento nas áreas de lazer e 5. respeitar as diversidades e as diferenças culturais.

Figura 2 – Mapa temático: prevenção e intervenção à violência escolar



Fonte: Desenvolvido pelas autoras.

O último Tema sobrelevado refere-se ao Papel do Estado. Soerguido pelo conjunto de três códigos: 1. políticas públicas intersetoriais, que dizem respeito a superação da abordagem individual, em direção a ações interconectadas – escolares, sociais e políticas, e superação de políticas públicas de intervenção à violência com centralidade no campo da saúde, mas há também menção à necessidade de: 2. serviços de segurança e policiamento, e 3. melhoria do clima escolar a partir de

formação docente e protagonismo juvenil.

Ações interventivas à violência escolar

Os esforços de sistematização dos dados, segundo o modelo analítico utilizado, permitiram tematizar certos códigos recorrentes que visibilizaram quatro temas principais para a prevenção e ou intervenção à violência escolar: Diálogo para formação moral e ética dos alunos, Formação na família, Papel da Escola e Papel do Estado, como será visto a seguir.

Diálogos para formação moral e ética dos alunos

Sobre os trabalhos com propostas subsidiadas pelo “diálogo” (BRANDÃO NETO *et al.*, 2015; SOUZA, 2015; VINHA *et al.*, 2016; VASCONCELOS, 2017; ANDRIOLI; TRINDADE, 2018; SILVA *et al.*, 2017), percebeu-se afinidades no que diz respeito à relevância do “diálogo” como medida interventiva que pode possibilitar resultados positivos no combate à violência escolar.

Tais trabalhos analisados, apontaram os seguintes códigos relacionados ao exercício do Diálogo no enfrentamento à violência escolar: o estabelecimento de uma cultura democrática na escola; a valorização da participação ativa dos estudantes não apenas nos processos pedagógicos, mas também na construção de modos de resolução de conflitos nas relações sociais escolares; ouvir os alunos, inclusive pela direção da escola; repensar autoridade e autoritarismo; a importação dos alunos, de se fazer ouvir pela direção; rever o sistema disciplinar, a importância do diálogo para a vinculação afetiva, a conscientização das consequências negativas dos atos praticados, o treinamento de confiança, as rodas pedagógicas, com a colaboração mútua entre alunos, do encorajamento dos alunos a participarem ativamente da supervisão e intervenção dos atos de *bullying*; inculcar valores morais, a formação humana dos alunos e a busca pela harmonia e respeito na relação entre professor- aluno e aluno- aluno.

Como foi possível perceber, a maioria dos trabalhos propõe iniciativas voltadas para o diálogo de forma interdisciplinar, e de modo que as escolas criem espaços democráticos, pelos quais possam ser abordados diversos assuntos relacionados ao respeito ao próximo, refletir sobre suas ações, dando ênfase nas experiências vividas para melhoria de convivência. Apontam como aspecto fundamental ouvir os alunos e

considerá-los no processo de busca de soluções.

Experiências concretas foram identificadas nos trabalhos de Brandão Neto *et al.* (2015), Vinha *et al.* (2016) e Silva *et al.* (2017). No trabalho de Brandão Neto *et al.* (2015) observou-se a utilização do Círculo de Cultura como instrumento de coleta e método de investigação, que teve como objetivo possibilitar uma vivência participativa com ênfase no diálogo de forma positiva para a reflexão-ação e como uma proposta sistematizada para a prática educativa. Destaca-se, dessa forma, que o trabalho intentou fortalecer a participação espontânea e consciente dos alunos, visto que a dialogicidade e a conscientização constituem alicerces relevantes para o círculo de cultura, segundo os autores.

Conforme Brandão Neto *et al.* (2015), a metodologia do Círculo de Cultura pressupõe a formação de grupos para debater uma questão-problema que, nesse caso específico, foi desenvolvido por meio de registros fotográficos. Várias fotos foram distribuídas entre os grupos para que os alunos registrassem atrás delas o que elas representavam, fomentando a problematização da realidade dos alunos em meio a violência na escola.

Outro trabalho que desenvolveu iniciativas, com base no diálogo, foi o de Vinha *et al.* (2016), que a partir de um diagnóstico do clima escolar, conseguido por meio de entrevistas com a comunidade educativa, criou uma disciplina semanal de 90 minutos, em que temas relevantes relacionados a violência escolar eram discutidos, dando centralidade nos valores morais e na boa convivência de todos. Houve também encontros para os profissionais das escolas que também foram incluídos na intervenção, no intuito de construir relações menos pautadas no autoritarismo docente, sem deixar de dar destaque à observância de regras e valores morais, ou seja, na aprendizagem de determinados comportamentos.

Já no trabalho de Silva *et al.* (2017), há uma iniciativa palpável desenvolvida, que utilizou o diálogo como base, ao realizar um estudo de intervenção em seis escolas públicas, por meio de sessões com conteúdo e atividades relacionadas às habilidades sociais, construção de amizades, empatia, autocontrole e expressividade emocional. Desse modo, o diálogo aparece como uma forma de melhorar as habilidades sociais e emocionais dos alunos. Os autores apontam que tais atividades reduziram a dificuldade que os alunos tinham em se relacionar e de criar vinculações afetivas.

De forma análoga, foi visto com Vasconcelos (2017), a importância de as escolas abrirem espaços para o exercício do diálogo e realizarem estratégias cooperativas de respeito interpessoal no cotidiano escolar. O que da mesma forma para Andrioli e

Trindade (2018, p. 17), “[...] O ato de escutar, ouvir com atenção, faz com que as relações escolares sejam mais pacíficas, diminuindo as chances de conflitos de ideias tornarem-se violência”. De maneira semelhante, ainda, notou-se que o trabalho de Souza (2015) também aponta a possibilidade de bons resultados para a diminuição de contextos violentos nas escolas, a partir do diálogo. Isso considerando que os alunos possam questionar, contar experiências e colocarem seu ponto de vista e não apenas ouvir aconselhamentos. Contudo, sem exemplos de práticas exequíveis.

Constatou-se, dessa maneira, que a concepção de diálogo se apresenta de maneira semelhante para os autores, ou seja, indicam que casos de violência escolar podem ser resolvidos ao buscarem-se iniciativas dialógicas, afirmando que essas permitem uma aproximação das pessoas e o fortalecimento das relações interpessoais. Mesmo assim, observou-se que são poucos os trabalhos que propõe iniciativas exequíveis e utilize o diálogo como iniciativa de intervenção à violência escolar, visto que, em sua maioria, apenas há proposições teóricas sobre o tema.

Logo, é possível perceber que alunos e professores se tornam os protagonistas nos cenários de discussões e deliberações propostas a violência nas escolas, entretanto, qualquer sujeito que esteja envolvido na instituição escolar deveria ser inserido nesse contexto. Justamente porque, como afirmam Stelko-Pereira e Williams (2010):

[...] cantineiras, porteiros, faxineiras, inspetores, diretores, recepcionistas, voluntários da escola, pais e/ou responsáveis pelos alunos podem cometer e/ou sofrer e/ou testemunhar atos de violência a outros do contexto escolar e não devem ser esquecidos em pesquisas, intervenções e programas preventivos (STELKO-PEREIRA; WILLIAMS, 2010, p. 49).

Dessa forma que, espera-se uma possível prevenção e mediação da violência com a participação de todos os responsáveis pela escola. A convivência escolar com base no diálogo, sem hierarquia, e sim, um lugar em que todos os indivíduos que trabalhem ou façam parte do corpo escolar tenham um ambiente propício para a escuta (TOGNETTA; BOZZA, 2010; *apud* SANTOS; RODRIGUES, 2013).

Embora o diálogo seja amplamente abordado como ferramenta para lidar com situações de violência, a centralidade na figura das (os) alunas (os) de seu disciplinamento e treinamento moral ainda são preponderantes. Ainda que seja sabido, segundo Silva e Alves (2013), que há outros atores protagonistas de violência na escola e formas diversas de violência para além de briga entre alunos e ou outros

atos físicos.

Outra questão a ser problematizada diz respeito a importante diferença entre Moral e Ética. O disciplinamento é da ordem da moral que Ricoeur (2011) considera como orientação e manutenção de costumes considerados adequados por determinada sociedade, diferentemente do preceito ético que implica na educação do sujeito para refletir sobre suas próprias ações. Os estudos em tela, embora proponham o diálogo o fazem sob a égide do disciplinamento, ou seja, da moralidade e não de uma educação ética.

De outra forma, Andrades-Moya (2020) aposta em uma comunicação e ou diálogo efetivo na escola como uma estratégia importante para a manutenção de uma convivência escolar de forma sadia e promotora de qualidade tanto das relações, quanto do clima escolar como um todo. Embora, também a ponte que o diálogo por si só não garante essa convivência escolar desejada, outros aspectos devem ser da mesma forma considerados, tais como: as formas de abordar a violência escolar, o caráter normativo das escolas, instrumentos de avaliação e as relações entre a convivência escolar, políticas e agentes de controle da convivência escolar.

Formação na família

Evidenciou-se, ainda, a partir dos trabalhos analisados, medidas propostas com base na formação familiar. Que se considera poder propiciar resultados positivos no combate à violência no âmbito escolar. Dentre esses trabalhos estão os de Santos (2016), Giordani, Seffner e Dell'aglio (2017), Vasconcelos (2017), Andrioli e Trindade (2018), Melo, Santos e Silva (2019) e Souza (2015). Tais estudos caracterizam a família como fundamental na formação do indivíduo/aluno (a), quer seja culturalmente, socialmente, como cidadão e como ser humano. Expressam a família, de maneira geral, como de suma importância para que haja redução nos índices de violência escolar.

Os trabalhos apresentam os seguintes códigos relacionados a formação da família como medida interventiva à violência escolar: proporcionar um ambiente familiar estável para os alunos, educar para um bom comportamento em sociedade, ensinar boas maneiras; aplicar regras e correções, atividades virtuais em conjunto com a escola e família; conscientização dos pais; desenvolvimento de autoestima; núcleo socializador estruturado; organização do tempo de convivência familiar.

Identificou-se na maioria dos trabalhos que a família deve buscar proporcionar aos alunos as experiências de uma boa convivência em sociedade e civilidade,

demonstrando boas maneiras e respeito aos próximos, pois ela é considerada como uma das principais instituições sociais envolvidas no comportamento, na transmissão de princípios básicos e na formação de caráter. Para os autores em análise e que foram supracitados, a família deve cumprir seu papel de forma adequada para que isso não interfira nas relações sociais dentro e fora da escola, visto que um ambiente familiar estável, afetivo e acolhedor possibilitaria, de forma significativa, o desenvolvimento da autoestima, da assertividade e da autoconfiança nos alunos, diminuindo as chances de práticas ofensivas e violentas.

Dentre os achados, destaca-se o trabalho de Santos (2016) quando diz que é preciso observar o comportamento dos pais, sendo alguns presentes e outros ausentes na vida dos seus filhos. Para quem, em sua maioria, os pais nada auxiliam na formação dos seus filhos, uma vez que a jornada de oito horas de trabalho torna-se um impedimento em sua convivência com os filhos. “[...] Alguns pais, quando percebem o que está acontecendo, não sabem o que fazer, enquanto outros não se dão conta do que ocorre e muitas vezes acabam sendo cúmplices de todo esse processo de massificação da violência”, afirma Santos (2016, p. 10).

Já Andrioli e Trindade (2018) consideram que a culpabilização precisa ser revista, visto que não é viável tentar encontrar um culpado para tal situação, apontando a família como principal responsável, bem como a fragilidade das políticas públicas, a formação dos docentes e adolescentes, pois a culpabilização não resolve o impasse criado pela violência, uma vez que todas as esferas têm uma parcela de culpa pela ausência de suas ações.

Em quase todos os trabalhos relacionados ao tema “família”, os autores apontam que ausência da família é um problema central e que com relações diretas à violência nas escolas. A partir deste cenário, Santos (2016) diz que se os pais tomassem uma atitude diferenciada, mediante ao tempo de convivência familiar, haveria uma transformação positiva no relacionamento dos pais com seus filhos, visto que as ações tornar-se-iam diferentes se estivessem junto da formação dos filhos, se impusessem regras, correções, consequências e recompensas com o objetivo de fazer a criança refletir sobre suas ações em casa e na sociedade.

Borsa, Petrucci e Koller (2015) apontam, com base em um estudo de revisão sistemática e de meta-análise, programas de intervenção para o enfrentamento do *bullying* nas escolas que foi desenvolvido no contexto internacional. Na Finlândia, os alunos participam de vinte horas de atividades com jogos virtuais que visam o combate do *bullying*. O programa, chamado KiVa, envolve pais, alunos e professores, onde os

professores participam como facilitadores do programa e os pais recebem um manual contendo informações sobre como enfrentar o *bullying*.

Outro programa de enfrentamento ao bullying apontado por Borsa, Petrucci e Koller (2015) foi o “escola amigável”, desenvolvido na Austrália. O programa tem três níveis que são desenvolvidos durante o período de tempo de dois anos. O nível um é voltado a o ambiente escolar e tem o intuito de construir comprometimento e capacidade de enfrentar o *bullying*. O nível dois é direcionado a família dos alunos que tem o objetivo de conscientizar os pais e desenvolver habilidades de autoeficácia no enfrentamento do *bullying*. O nível 3 visa os alunos e professores que tem a intenção de promover a conscientização dos alunos acerca do *bullying*.

As discussões apresentadas assinalam a importância da família no desenvolvimento de estratégias de combate violência no contexto escolar. Constatou-se nesses trabalhos que ao focar nas formas como os pais se relacionam com seus filhos e da criação de uma base familiar sólida para o desenvolvimento saudável dos alunos, percebeu-se mais uma vez que a centralidade de ações interventivas pesa mais uma vez sobre os alunos, concentrando-se na importância da família e de seu papel formador, como admitem Salles e Silva (2011, p. 37-38) quando afirmam que, “[...] As transformações das relações entre pais e filhos contribui, inclusive, para que os filhos permaneçam mais tempo junto dos pais e permitam prolongamento do tempo de coabitação”, trazendo à baila a figura da (o) aluna (o) como principal agente de disseminação de violência em meio escolar, tomando a família, a desestrutura e a ausência familiar como causa.

Um destaque muito pertinente visualizado nos trabalhos analisados foi a escassez de iniciativas interventivas relacionadas à família nas escolas do Brasil por ser um tema recorrente nas escolas. Em razão disso, evidenciou-se a necessidade de aprofundamento de estudos que abordem essa temática, de maneira a se fazer entender que é essencial ter uma maior atenção e esforços para a criação de intervenções nacionais, de acordo com a realidade dos alunos.

Percebeu-se que ao cabo, Educação Moral e Formação na família estão interconectados, de maneira que cabe à família formar valores sociais de civilidade e contribuir para promoção de comportamentos desejáveis os quais se apresentam como cidadania, qual seja: seguir regras, receber punição por ações indesejáveis, agir conforme regras que é da ordem da moralidade, segundo Ricoeur (2011).

Neste estudo, cabe ressaltar, não se questionam as possibilidades e a importância da relação família-escola, e do valor da aproximação entre familiares e o

acompanhamento emocional e escolar de crianças e adolescentes. No entanto, os estudos implementados sobre o tema trazidos à discussão – prevenção e intervenção à violência escolar – demonstram que o papel da família transita entre contraditórios: de diálogo, afetividade e qualidade na convivência familiar, com ações meramente disciplinadoras – moldagem de comportamento, obediência a regras, o que diverge da proposição da escuta e da alteridade pautada no diálogo e na ética.

Papel da escola

Abordagens mais diversificadas e complementares entre si têm sido apontadas com relação ao “papel da escola” no combate à violência pelos autores Guimarães (2015), Silva *et al.* (2015), Souza e Conceição (2016), Vasconcelos (2017), Giordani, Seffner e Dell'aglio (2017), Camargo e Sarturi (2017), Silva e Assis (2018b), Andrioli e Trindade (2018), Correia e Santos (2018) e Melo, Santos e Silva (2019).

Os trabalhos apontam importantes subsídios para o planejamento de ações e ideias sobre as intervenções que podem ser empreendidas pela escola, as quais são de fundamental importância para o enfrentamento da violência escolar. Apresenta-se, desse modo, os seguintes códigos: resgate de valores, espaço seguro para desenvolvimento das competências, formação continuada dos professores e funcionários, alteração nas grades curriculares, momentos de interação, escuta sensível, o papel da gestão escolar na promoção da paz, organizar projetos, valorizar a participação dos profissionais da educação, intervenções dirigidas ao nível escolar, intervenções ao nível de classe, intervenções ao nível individual.

Encontrou-se conceitos distintos em relação ao debate sobre o papel da escola. Tais estudos afirmam que esse fenômeno afeta as crianças e os jovens, tornando necessário que os professores e a escola se posicionem diante das violências praticadas, oferecendo suporte aos alunos, uma vez que, a escola, enquanto transmissora de informação, tem como função preparar os alunos na formação do sujeito social para que eles aprendam a respeitar e agir perante a sociedade (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2016).

Destaca-se, portanto que, na maioria dos estudos acerca das intervenções adotadas, os autores citam como propósito de suas ações o resgate de valores, como: respeito, consciência, igualdade, afetividade, direitos e deveres de cada um e a melhoria no relacionamento entre os professores e os alunos. Em vista disso, a escola, em sua totalidade, deve proporcionar um espaço seguro para desenvolvimento das

competências e saber identificar os sinais de agressões e vitimização.

Guimarães (2015) problematiza que os professores não se sentem preparados para lidar com as manifestações de *bullying*, visto que estes não apresentam conhecimentos necessários para reconhecer e saber lidar com este fenômeno. Para tanto, Guimarães (2015) indica que é necessário implementar nas escolas a formação continuada dos professores e funcionários para que desenvolvam competências para saber como agir com problemas em situações de violência e agressividade entre alunas (os), assim como o desenvolvimento de competências sociais e de comunicação com integração de atividades extracurriculares como música, teatro etc.

Nesse contexto, Silva e Assis (2018b) afirma que a escola não apresenta na grade curricular a discussão de mudanças no conteúdo na formação dos professores com estratégias exitosas de prevenção a violência. Camargo e Sarturi (2017) consideram que a postura do professor é influente no contexto da formação do aluno. Nesse sentido, sinalizam possibilidades de prevenção com alteração nas grades curriculares, onde os professores adotem uma aula com base no modelo socioconstrutivista, ligada a afetividade em que o professor conhecerá as singularidades e as dificuldades dos alunos. Dessa forma, proporcionar a eles uma aula com conteúdo, momentos de interação, escuta sensível sobre as ações violentas e a materialização do modelo socioconstrutivista.

Com base na pesquisa de Andrioli e Trindade (2018):

[...] é imprescindível que os professores estejam em constante formação[...]. Esse aprendizado contínuo possibilita maior domínio dos conteúdos ensinados, novas estratégias pedagógicas, desperta a sensibilidade social e faz com que os profissionais da educação reflitam sobre sua atuação, sobre como estão conduzindo suas aulas e gerenciando os conflitos (ANDRIOLI; TRINDADE, 2018, p. 17).

O estudo, desenvolvido por Melo, Santos e Silva (2019), aborda o papel da gestão escolar na promoção da paz, uma vez que, ao gestor escolar cabe o dever de administrar as problemáticas resultantes da violência instalada na escola, visto que o clima de violência influencia na qualidade do ensino, no desempenho dos alunos e dos profissionais da educação.

Para tanto, os autores afirmam que é necessário que a gestão, em conjunto com equipe de trabalho, crie estratégias de observação, envolvendo todos do corpo escolar, a família e a comunidade, tomando iniciativas com ações no sentido de organizar

projetos, valorizar a participação dos profissionais da educação e desencadear uma série de transformações nos comportamentos dos alunos.

Os principais trabalhos que abordam o papel da escola em relação à prevenção e intervenção à violência escolar, tratam do *bullying* como um dos fenômenos característicos de violência no ambiente escolar. Dentre tais trabalhos analisados, o de Correia e Santos (2018) traz uma proposta exequível, baseado em (SMITH; ANANIADOU; COWIE, 2003, *apud* CORREIA; SANTOS, 2018, p. 11-12), apresenta três modelos criados por sobre o papel que a escola deve ter para combater o *bullying* como forma de: intervenções dirigidas ao nível escolar, intervenções ao nível de classe, e intervenções ao nível individual.

Estas que, embora expressem alternativas interessantes sobre o cuidado com o clima escolar, de cooperação entre classes, e trabalho individualizado. Observou-se que as recomendações identificadas nos trabalhos analisados evidenciam que as propostas estão direcionadas aos professores, diretores e funcionários da escola, mas para que eles aprendam a lidar com situações de violência que se manifestam no cotidiano escolar, ou seja, que aprendam a lidar com a violência expressa por alunas (os).

A aposta na formação de professores, na aproximação com a comunidade e na aprendizagem que são estratégias de intervenção apontadas para que os agentes escolares lidem com o problema da violência no espaço escolar, pressupõe iniciativas que se voltam ao fim e ao cabo para a intervenção no comportamento dos estudantes.

Papel do Estado

Dentre os trabalhos que abordam o papel do Estado frente ao problema da violência nas escolas, especialmente as públicas, verificou-se que os achados se organizaram em torno de três abordagens, ou núcleos significativos, os quais Braun e Clarke (2006) denominam códigos. Quais sejam: políticas públicas intersetoriais, que dizem respeito a superação da abordagem individual, em direção a ações interconectadas – escolares, sociais e políticas, superação de políticas públicas de intervenção à violência com centralidade no campo da saúde, mas há também menção à necessidade de serviços de segurança e policiamento, e de melhoria do clima escolar a partir de formação docente e protagonismo juvenil.

No que se refere ao papel do Estado, há trabalhos que abordam a importância dessa dimensão para prevenção e ou intervenção à violência escolar, sem que esse seja

seu tema mote, seu objetivo principal. Dentre tais estudos, destaca-se Silva *et al.* (2015), Guimarães (2015), Brandão Neto *et al.* (2015), Vasconcelos (2017), Andrioli e Trindade (2018), Silva e Assis (2018a; 2018b), Santana e Moraes (2018) e Souza (2015) que tratam de maneira ampla sobre a importância e a necessidade de políticas públicas no trato de questões de violência no ambiente escolar.

Vasconcelos (2017) desenvolve uma revisão de literatura, pela qual sugere maiores pesquisas para o conhecimento aprofundado do engendramento da violência escolar, o que poderia subsidiar políticas públicas mais eficazes, quer sejam preventivas ou interventivas. Santana e Moraes (2018) apontam a ausência de políticas efetivas sobretudo no que diz respeito à formação docente para a realizar ações que promovam um ambiente pacífico, sem mais detalhamento.

Andrioli e Trindade (2018), Brandão Neto *et al.* (2015) e Guimarães (2015) reconhecem o imperativo de políticas públicas intersetoriais, entre elas as ações de Estado que venham, em conjunto contribuir para o enfrentamento ao problema da violência nas escolas. Da mesma forma, Souza (2015) também compreende as possibilidades de superação da violência escolar a partir de um conjunto de esforços da escola, nas parcerias com família, com a comunidade, com os órgãos do governo, com profissionais de outras áreas, aliadas ao objetivo da não violência.

Silva *et al.* (2017) desenvolve um trabalho de levantamento de literatura acerca do *bullying* destaca que embora haja muitos programas de combate desse tipo de violência, poucos são os que apresentam êxito, e justamente os exitosos são aqueles que representam abordagens de políticas públicas intersetoriais – família, comunidade, formação docente e premissas democráticas e de direitos para um melhor clima escolar.

Segundo Brandão Neto *et al.* (2015), geralmente, as ações voltadas para a adolescência e a juventude estão centradas no âmbito da saúde. Outra perspectiva importante ressaltada por esses autores é o próprio protagonismo do público dessa faixa etária na proposição para formulação de políticas que, afinal irão intervir em suas vidas escolares. Silva e Assis (2018a; 2018b) também destacam a centralidade de políticas públicas de intervenção à violência escolar por meio do viés do campo da saúde, mas defendem a interseção entre políticas socioeducacionais.

E apenas um trabalho que se refere de maneira direcionada quanto ao papel do Estado via políticas públicas, como Santos (2016), com um subtítulo demarcado. Santos (2016) sobreleva como os autores citados anteriormente, a importância do conjunto de propostas construídas no seio escolar e a partir da escuta dos atores

escolares, indicação da realidade que contribuiria para tomada de decisões quanto políticas públicas, reiterando que as principais queixas de professores se referem às ações de segurança e policiamento e sobre a infraestrutura das escolas e a qualidade do ambiente de trabalho.

Dessa forma, é possível inferir que há entre os estudiosos a compreensão da importância de ações políticas de Estado e de governo no que diz respeito ao enfrentamento no cenário escolar e seus contextos de violência, acenando que a superação da atuação individual faz necessária em favor de ações intersetoriais que conjugam atores e setores da sociedade diversos, para além do campo da saúde e da segurança pública, mas a partir da escuta da escola, apreciando propostas que venham da própria comunidade escolar, inclusive considerando a/o aluna (o) como protagonista também nesse processo.

Considerações Finais

Observamos em nosso corpus, assim como aponta Montoya (2021, p. 4), uma “tendência a reduzir a violência escolar às suas manifestações e aos seus elementos constituintes separadamente, sem evidenciar a necessária relação entre seus aspectos objetivos e subjetivos”. Que a supõe por uma causalidade linear, circunscrevendo o problema a um ou outro condicionamento estrutural ou simbólico-subjetivo, sem uma adequada articulação sistêmica de suas relações. Diferentemente, Montoya (2021) defende compreender-se a violência escolar como um construto social, relacional e complexo, que não pode resumir-se às relações interpessoais sem considerar a integração com a diversidade de relações convergentes.

Na observação da importância do diálogo para prevenção e/ ou intervenção à violência na escola, verificou-se que são poucos os trabalhos que propõe iniciativas palpáveis e utilizem o diálogo como iniciativa de intervenção a violência escolar, visto que, em sua maioria, apresentam apenas proposições teóricas que diz respeito ao tema. Destaca-se também duas abordagens de sentido para o desenvolvimento de práticas de Diálogo na escola, quais sejam, o da concepção para formação moral/disciplinar e ética. E, a formação moral, ensino de comportamentos desejáveis e disciplinamento são preponderantes.

De forma análoga, o papel da família e um determinado tipo de formação recebida no seio dessa instituição é central para a constituição de sujeitos ordeiros, disciplinados e não-violentos, segundo os estudos em análise.

Cabe à escola, nesse interim, formar professores e outros profissionais da escola, para o trato com as (os) alunas (os) e para o estabelecimento de um clima – de ordem, de paz; que em muito, querem dizer, mais uma vez, disciplina.

Há estratégias interessantes que invocaram a afetividade, o cuidado com as relações, a formação de professores e o trabalho ativo com situações-problemas que são iniciativas que agregam valor e de suma importância, porém que resguardam uma carga de responsabilização do aluno (a) no protagonismo da violência.

Foi visto que alternativas outras não são vislumbradas em decorrência da tomada da figura da (o) aluna (o) como único agente de expressão violenta no ambiente escolar. Por isso, indica-se a necessidade e emergência de trabalhos que considerem outros atores escolares e suas práticas como possíveis práticas de violência, como: assédio, injúria racial, violência simbólica e institucional etc.

Acrescenta-se também, na centralidade da atenção dada às ações, empreendidas por alunas (os), uma expressão de compreensão do fenômeno da violência pouco abrangente acerca da realidade das escolas, quer sejam públicas e ou privadas.

Referências

ANDRADES-MOYA, Jonathan. Convivência escolar na América Latina: uma revisão bibliográfica. **Educare**, Heredia, v. 24, n. 2, p. 346-368, 2020. Disponível em http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-42582020000200346&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2021.

ANDRIOLI, Ana Paula; TRINDADE, Maiara Indiana Alves. **Violência escolar**: discussões e enfrentamentos para uma educação contra a barbárie. 2018. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2432/1/ANDRIOLI.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

ARRÚA, Ana Leticia Aquino *et al.* Violência Escolar. **Psicologia & Saberes**, Maceió, v. 8, n. 10, p. 170-177, 2019. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/884>. Acesso em: 28 dez. 2020.

BORSA, Juliane Callegaro; PETRUCCI, Giovanna Wanderley; KOLLER, Silvia Helena. A participação dos pais nas pesquisas sobre o bullying escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 41-48, 2015. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/sfZQWCcy3Pn67C9MVR88VZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRANDÃO NETO, Waldemar *et al.* Violência sob o olhar de adolescentes: intervenção educativa com Círculos de Cultura. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 68, n. 4, p. 617-625, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267041639009>. Acesso em: 21 abr. 2020.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Usando análise temática em psicologia**. 2006.

CAMARGO, Rosa Maria Bortolotti de; SARTURI, Rosane Carneiro. A postura pedagógica do professor no campo da violência escolar. **Poiésis: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tuburão, v. 11, n. 20, p. 451-470, 2017. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/4630/3472>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-442, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/fDDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2020.

CORREIA, Raissa Gazola; SANTOS; Rodrigo dos. O bullying na educação escolar: uma proposta de intervenção. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, v. 6, n. 1, p. 300-314, 2018. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/79/22042019215925.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

GIORDANI, Jaqueline Portella; SEFFNER, Fernando; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, p. 103-111, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/jqRMtVbSzXryLvngxwkmZmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2021.

GUIMARÃES, Juliana da Silva. **Violência escolar: estudo exploratório segundo a perspectiva de professores do 1º ciclo do ensino básico**. 2015. Projeto de Graduação (Licenciatura em Criminologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4987/1/Juliana%20Guimar%C3%A3es%20-%20Viol%C3%Aancia%20Escolar%20-%20Estudo%20explorat%C3%B3rio%20na%20perspetiva%20de%20Professores%20do%201%C2%BA%20Ciclo%20do%20Ensino%20B%C3%A1sico.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LAURENS, Jean-Paul. A violência escolar entre mídia e realidade. **Revista FAMECOS**:

mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre, v. 13, n. 29, p. 77-86, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550185010.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MELO, Genilda Alves Nascimento; SANTOS, Andréia Quinto dos; SILVA, Célia Jesus dos Santos. Gestão escolar e parceiros: elementos imprescindíveis na promoção da paz no ambiente escolar, com vistas a aprendizagem. **Revista Sustinere**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 186-202, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/40788/30135>. Acesso em: 24 abr. 2021.

MOL, Ana Maria Martins de Carvalho; PARDINI, Rosely Tavares Alves. Função social da escola. **Revista de Trabalhos Acadêmicos**: Universo Belo Horizonte, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view&path%5B%5D=5060>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MONTOYA, Caridad Anay Cala. Construção social da violência escolar como relações recíprocas auto-organizadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bz6n4RcJBfwGvnbNfxnGd3f/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RICOEUR, Paul. **Ética e moral**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176/22872>. Acesso em: 22 set. 2021.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. **Família e escola**: interfaces da violência escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SANTANA, Renata Sampaio; MORAIS, Aisiane Cedraz. Concepção da violência escolar para educadores de escolas municipais de feira de Santana-BA e formação de multiplicadores para construção da paz. In: XXII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2018, Bahia. **Anais [...]**. Bahia: UEFS, 2018. p. 1-4. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/4156/3366>. Acesso em: 22 dez. 2021.

SANTOS, Helen dos. **A violência presente nas relações entre alunos e Professores no contexto escolar**: um estudo bibliográfico. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wpcontent/uploads/2017/02/Artigo-Helen.pdf>.

Acesso em: 10 abr. 2022.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; RODRIGUES, Paula Janaina Meneses. O diálogo como possibilidade de mediação da violência na escola. **Práxis Educativa**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 273-294, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89427917012>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. A prevenção à violência em programas interdisciplinares que atuam em escolas brasileiras e portuguesas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2899-2908, 2018b. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/csc/v23n9/1413-8123-csc-23-09-2899.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Flaviany Ribeiro da; ASSIS, Simone Gonçalves. Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/gyWkftDCdCVP5QdsS3PCWpb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2020.

SILVA, Jorge Luiz da *et al.* Estudo exploratório sobre as concepções e estratégias de intervenção de professores em face do bullying escolar. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 189-199, 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/40210/1/6123-35740-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

SILVA, Jorge Luiz da *et al.* Revisão sistemática da literatura sobre intervenções antibullying em escolas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2329-2340, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WLQVDC8GDKzmyjVxnYgtKrc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVA, Livia Sousa da. A midiaticização da violência escolar: o cenário das produções acadêmicas. **Revista Ver a Educação**, Belém, v. 12, n. 1, p. 159-182, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rve/article/view/1007/1463>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVA, Livia Sousa da; ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A criminalização da juventude no discurso midiático da violência escolar em Belém-Pa. **Revista Caderno de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 3, p. 110-130, 2013. Disponível em: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciasocias/article/view/351/285>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SMITH, Peter K.; ANANIADOU, Katerina; COWIE, Helen. Intervenções para reduzir o bullying escolar. **The Canadian Journal of Psychiatry**, v. 48, n. 9, p. 591-599, 2003. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/070674370304800905>. Acesso em: 15 out. 2021.

SOUZA, Aldo Luiz Fernandes; SILVA, Leildo Dias. As ações do Estado no enfrentamento da violência nas escolas da Região Metropolitana de Belém/PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 3, n. 1, p. 04-18, 2016. Disponível em:

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:l2m_i6UpLD8J:https://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/50/pdf_45+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, Iderlânia Costa; CONCEIÇÃO, Robson Santos da. A violência escolar no Colégio Edélzio Vieira de Melo, Capela-SE: uma realidade que pode ser ressignificada. *In: 8º ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES*, 2016. **Anais [...]**. 2016. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/2043/435>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SOUZA, Liliane Pereira. Violência escolar: um estudo a partir das representações de professores e gestores. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 32, p. 183-201, 2015. Disponível em:

<https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/8631/pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pbFRcymkHxFPkK7VkkMwXNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2022.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 45-55, 2010. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a05.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; BOZZA, Thais Leite. Cyberbullying: quando a violência é virtual-Um estudo sobre a incidência e sua relação com as representações de si em adolescentes. *In: I SEMINÁRIO VIOLAR: PROBLEMATIZANDO JUVENTUDES NA CONTEMPORANEIDADE*, 2010, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: FE/UNICAMP, 2010. p. 2178-1028. Disponível em:

<https://www.fe.unicamp.br/eventos/coppem/sites/www.coppem.fe.unicamp.br/files/apresentacao-coppem.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de. Aprender a conviver, sem violência: o que dá e não dá certo?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 97, p. 897-917, 2017. Disponível em:

<http://old.scielo.br/pdf/ensaio/v25n97/1809-4465-ensaio-S0104-40362017002501180.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

VINHA, Telma Pileggi *et al.* O clima escolar e a convivência respeitosa nas instituições educativas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 96-127, 2016. Disponível em:
<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3747/3157>. Acesso em: 22 abr. 2021.

Recebido em: Julho de 2021

Aceito em: Abril de 2022